

PROVA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA (SC)****CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE (CMDCA)****EDITAL 002/2013 - CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS****LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

Você receberá do fiscal o material descrito abaixo:

- a) O caderno com o enunciado das questões, sem repetição ou falha.
- b) O gabarito para registrar suas respostas.
- c) Verifique se o material está em ordem antes de iniciar a prova.
- d) Use apenas caneta azul ou preta.
- e) Escolha apenas uma resposta e marque-a no gabarito.
- f) Não se esqueça de preencher corretamente os dados solicitados.
- g) Ao final, entregue o caderno de prova e o gabarito ao fiscal.

PROVA ESCRITA**Conhecimentos Gerais****1. É correta a ortografia nas seguintes palavras:**

(I) bucha, capacho, chave, chorar, poço, colchão, ficha, prache, gancho, inchar, macho, mancha, murchar, pecha, pechincha, rachar, tacho, baixo, bexiga, deixar, elixir, xadrez, xarope, xenofobia, xícara.

(II) adágio, estrangeiro, falange, ferrugem, frigar, gengiva, geringonça, gíria, herege, relógio, virgem, ajeitar, canjica, enjeitar, hoje, jejum, jeito, laranjeira, aljema, lojista, majestoso, pegajento, rejeitar, sujeito, trejeito.

(III) ânsia, ascensão, cansar, farsa, imenso, pretensão, arremessar, atravessar, benesse, crasso, devassar, endossar, escasso, obsessão, possesso, remessa, sossegar, obçecar, açúcar, inserção, caçula, pança, peça, auxílio, máximo.

(IV) adestrar, escusar, esdrúxulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espontâneo, espremer, esquisito, estender, inesgotável, extensão, explicar, extraordinário, inextricável, sextante, capazmente, têxtil, infelizmente, velozmente, justapor, justalinear, misto.

(V) aliás, após, atrás, através, gás, lápis, país, revés, arroz, avestruz, dez, diz, fez, giz, matiz, analisar, anestesia, artesão, asa, asilo, blusa, brasa, defesa, empresa, frisar.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

2. Com base nas normas de acentuação gráfica é correto afirmar que:

(I) São **oxítonas** as palavras em que a sílaba tônica é a última do vocábulo.

(II) Não são acentuadas as palavras **oxítonas** que terminam por -á, -ás: (ja, estas).

(III) Não são acentuadas as palavras **oxítonas** que terminam por -é, -és, -ê, -ês: (ate, ve-la). Não são acentuadas as palavras **oxítonas** que terminam por -éis: (aneis).

(IV) São acentuadas as palavras **oxítonas** que terminam por -ó, -ós, -ô, -ôs: (avós, dispôs).

(V) São acentuadas as palavras **oxítonas** que terminam por -éu, -éus, -ói, -óis: (reús, heróis). São acentuadas as palavras **oxítonas** que terminam por -ém, -éns: (deténs, também).

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

3. Com base nas normas de acentuação gráfica é incorreto afirmar que:

(A) São **paroxítonas** as palavras cuja sílaba tônica é a penúltima. A minoria das palavras da língua portuguesa são paroxítonas e, em geral, são acentuadas graficamente.

(B) São acentuadas as palavras **paroxítonas** que terminam por -ã, -ãs: (órfã). São acentuadas as palavras paroxítonas que terminam por -ão, -ãos: (órgão). São acentuadas as palavras **paroxítonas** que terminam por -ei, -eis: (amáveis).

(C) São acentuadas as palavras **paroxítonas** que terminam por -i, -is: (júri). São acentuadas as palavras paroxítonas que terminam por -um, -uns: (fórum). São acentuadas as palavras paroxítonas que terminam por -us: (tênis).

(D) São acentuadas as palavras **paroxítonas** que terminam por -l: (dócil). São acentuadas as palavras paroxítonas que terminam por -n: (éden). São acentuadas as palavras paroxítonas que terminam por -on, -ons: (nêutrons).

(E) São acentuadas as palavras **paroxítonas** que terminam por -r: (caráter). São acentuadas as palavras paroxítonas que terminam por -x: (tórax). São acentuadas as palavras paroxítonas que terminam por -ps: (bíceps).

4. Com base nas normas de acentuação gráfica é correto afirmar que:

(I) A maioria das palavras **proparoxítonas** (a sílaba tônica é a antepenúltima) são acentuadas com acento agudo (´) ou com circunflexo (^), conforme a pronúncia.

(II) São palavras **proparoxítonas**: líquido, náusea, vacúo, nódoa, sofrêgo.

(III) São palavras **proparoxítonas**: míope, série, dinâmico, exíguo, fôssemos.

(IV) São palavras **proparoxítonas**: música, mágoa, árabe, glória, excêntrico.

(V) São palavras **proparoxítonas**: último, língua, lâmpada, pleiáde, amêndoa.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

5. É correta a ortografia nas seguintes palavras:

(I) improviso, liso, lousa, obséquio, ousar, pesquisa, presa, raso, represa, deslize, surpresa, trânsito, vaso, exalar, exemplo, exhibir, exorbitar, exuberante, inexato, inexorável, abalizado, autorizar, azar, beleza, buzina.

(II) arrepiar, banear, campeão, enteado, linear, melhor, nomear, quase, real, sêmen, semelhante, várzea, cordial, corriola, crânio, criar, diante, diminuir, igual, inigualável, limiar, pátio, pior, tigela, tijolo.

(III) assolar, cobiça, costume, engolir, esbaforir-se, goela, mágoa, névoa, nódoa, polir, água, assumir, bulir, curtir, embutir, entupir, glândula, lugar, míngua, pontual, régua, tábua, tabuada, tabuleta, trégua.

(IV) compacto, convicção, ficção, friccionar, pacto, adepto, apto, díptico, erupção, eucalipto, inepto, núpcias, raptó, ação, acionar, afetivo, aflição, ato, coleção, direção, exato, objeção, adoção, batizar, ótimo.

(V) averigüeis, longínquo, quaisquer, coordenar, florescer, nascer, desaparecer, amnésico, oração, travessão, código, pensão, símbolo, árvore, compreender, providência, poluição, países, município, além, aquém, homônimo, fulano, siclano, beltrano.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

6. Crase é a fusão de duas vogais iguais numa só. É incorreto afirmar que:

(A) Há **crase** quando houver repetição de palavras: Estão frente-a-frente. Não há crase antes de verbo: Começou a ler. Não há crase diante de pronomes em geral: Disse a você.

(B) Não há **crase** antes de dias: A inscrição será de 8 a 10 de setembro de 2013. Não há crase antes de horas: A prova será das 8 às 10 horas.

(C) A **crase** é facultativa antes de nomes personativos femininos e antes de pronomes possessivos femininos.

(D) A **crase** ocorre na indicação de horas ou parte do dia: À noite, foi ao campo de futebol e às vinte horas voltou para buscar a sua bola.

(E) Ocorre **crase** quando a locução “a distância” estiver determinado: Estava à distância de dez metros.

7. É correta a ortografia nas seguintes palavras:

(I) está, já, olá, até, olé, pontapé, avó, dominó, paletó, só, anéis, fiéis, papéis, chapéu, véu, corrói, herói, remói, sóis.

(II) acórdão, órfão, órgão, vírus, fórum, álbum, amáveis, júri, fórceps, índice, tórax, bíceps, réptil, cadáver, caráter, dócil, fóssil, ímpar, córtex.

(III) cônsul, pênsil, câncer, enjoó, flexão, baú, país, hidráulico, líquido, míope, músico, plástico, público, rustíco, último, mágoa.

(IV) língua, exíguo, dinâmico, excêntrico, sonâmbulo, trôpego, amêndoa, acadêmico, anatômico, cômodo, fenômeno, gênero, blasfêmia, fêmea, gêmeo, gênio, hermeneútica, lâmpada, vácuo.

(V) amiúde, baía, cafeína, ciúme, egoísmo, faísca, graúdo, juiz, juízes, miúdo, paraíso, raízes, recaída, ruim, ruína, saída, triunfo, oriundo, sanduíche.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

8. Com base na aplicação dos “porquês” é correto escrever:

(I) É uma resposta **por que** eu não esperava. (pronome relativo [= pelo(s), pela(s), qual(is)]).

(II) Você não veio **por quê?** (interrogativo em fim de frase).

(III) Não lhe posso dizer o **porquê** da falta. (substantivo [= motivo]).

(IV) **Por que** não pude. (causal).

(V) **Porque** você não veio ontem? (interrogativo que não esteja em final de frase).

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

9. É correta a ortografia nas seguintes palavras:

(I) arguir, averiguar, desaguar, enxaguar, atingir, cingir, constringir, infringir, tingir, distinguir.

(II) esqualido, exército, tônico, sílaba, nódoa, glória, barbárie, série, lírio, prédio.

(III) arguir, exígua, náusea, acentuação, gráfico, pronúncia, enciclopédia, tênue, caústico, mágoa.

(IV) supressão, extinguir, tranqüilo, esmiuçar, depoimento, aguentar, frequentar, reunião, arruinar, órfão.

(V) separação, fácil, débil, hábil, espontâneo, ingênuo, lúcido, cortês, romântico, único.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

10. A pontuação é empregada a fim de representar, na escrita, o relacionamento sintático, a dinâmica da fala, marcando entoação, as pausas respiratórias e enfáticas. É incorreto afirmar que:

(A) A **vírgula** (,) separa elementos ou razões que têm o mesmo valor, quando não vêm ligados por “e”, “nem”, “ou”: Negocia com a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bradesco.

(B) A **vírgula** (,) isola elemento ou oração de valor explicativo, retificativo, conclusivo e o aposto: O debate deve ater-se à realidade, isto, é, aos fatos, comprovados.

(C) A **vírgula** (,) isola palavra que indica chamamento (vocativo): Leonardo, venha cá.

(D) A **vírgula** (,) separa termo ou oração que indica circunstância no início da oração ou se intercala entre partes desta: Quando terminarem, voltem logo.

(E) A **vírgula** (,) separa localidade na datação: Içara (SC), 6 de outubro de 2013.

11. O modo de se expressar oralmente pode variar de acordo com a emoção, com as intenções, com o fôlego, determinando o ritmo, a entoação da frase. Esta subjetividade reflete-se na pontuação do texto, o que torna, por vezes, facultativo o emprego estilístico de alguns sinais. É correto afirmar que:

(I) Empregam-se os **dois pontos** (:) antes de esclarecimento, síntese ou consequência: Não se esforçou: foi reprovado. A **barra** (/) é usada na expressão “e/ou” para indicar alternativa: Leonardo Martins e/ou Paula Martins.

(II) O **ponto de exclamação** (!) indica a entoação exclamativa: Oh! Que alegria! As **aspas** (“ ”) isolam citações: Leonardo escreveu: “Vamos adiante que a visa segue”. O **ponto e vírgula** (;) separa partes de um período que se equivalem e das quais pelo menos uma contém vírgula: Leonardo comprou livros; Paula, revistas.

(III) O **travessão** (-) indica hesitação ou prolongamento da ideia: - Não sei se devo voltar... As **reticências** (...) indica mudança de interlocutor: - Você sabe bem o motivo... - respondeu ele irritado... O **ponto final** assinala o fim de um período: Fez a prova com entusiasmo.

(IV) Os **colchetes** ([]) intercalam explicações e circunstâncias secundárias: Apelou judicialmente contra empresas telefônicas [TIM, Claro, Oi, Vivo]. O **asterisco** (*) é usado entre as linhas da pauta depois do vocábulo, para se fazer, no final da página ou do capítulo, uma citação ou comentário sobre o vocábulo ou o trecho.

(V) Os **parênteses** (()) isolam construção que já contém parênteses: Uma grande quantia (R\$10.000,00 (dez mil reais)) foi pleiteada como indenização. O **apóstrofo** (') indica a supressão de vogal, já consagrada pelo uso, em certas palavras compostas ligadas pela preposição "de", como em: pau-d'água.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

12. É correta a ortografia nas seguintes palavras:

(I) arco-íris, decreto-lei, médico-cirurgião, tenente-coronel, tio-avô, guarda-noturno, norte-americano, porto-alegrense, conta-gotas, manda-chuva.

(II) girassol, guardachuva, pontapé, paraquedas, Grão-Pará, bem-estar, mal-humorado, recém-casado, bem-criado, malcriado.

(III) pé-de-meia, à queima-roupa, cor-de-rosa, úmido, observação, cooperação, coobrigação, micro-onda, semi-hospitalar, anti-higiênico.

(IV) auto-observação, semi-interno, pré-história, microrradiografia, autoestrada, coeducação, extraescolar, agroindustrial, plurianual, autoaprendizagem.

(V) humano, desumano, hábil, inábil, vice prefeito, ex prefeito, minissaia, microssistema, pré-escolar, pós-graduação.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

13. Com base nas normas de regência nominal é incorreto escrever:

- (A) Há tensão com os familiares. Existe tensão entre vizinhos. Há tensão sobre o pagamento da dívida.
- (B) O professor está orgulhoso com estes alunos. Ficou orgulhosa das notas que conseguiu. Estou orgulhoso por sua promoção.
- (C) Não pode alegar ignorância da lei. É notória sua ignorância em Língua Portuguesa. Percebe-se a ignorância sobre música clássica. É ignorância a respeito da administração.
- (D) Não houve facilidades aos idosos. Há maior facilidade para o financiamento imobiliário. Sempre teve facilidade para Língua Portuguesa. Facilidades para com os retardatários criam maus hábitos. Tem facilidade em explicar.
- (E) É um remédio eficaz contra a tosse. A ameaça não tem eficácia com gente assim. Julgo serem medidas eficazes prá melhorar o nível de instrução destes garotos. O castigo não tem eficácia sob eles.

14. Com base nas normas de regência verbal é incorreto escrever:

- (A) O juiz estabeleceu-a uma pensão razoável (= instalar). Estabeleceu a sede em Içara (= instalar). O domicílio é o lugar onde ele estabelece-a a sua residência (= determinar). A lei estabelece que todos são iguais (= determinar). Estabeleceu empresas imobiliárias (= constituir). Estabeleceu um bom conceito na praça (= firmar).
- (B) Vivia implicando com os colegas (= antipatizar). Implicaram Leonardo na alteração dos dados (= envolver). Qualquer modificação implica muito planejamento (= demandar).
- (C) Lembrei-lhe que deveria redigir com mais atenção (= advertir). Lembrou que o melhor seria fazer uma reunião no sábado (= sugerir). A música lembrava a infância (= recordar).
- (D) A sua reivindicação não procedia (= ter fundamento). O café procede de Cornélio Procópio (= provir). Procederam bem durante a viagem (= comportar-se).
- (E) Visa ao bem do povo (= objetivar). Visou o alvo e acertou o tiro (= mirar). O gerente visou o cheque (pôr o visto).

15. É correta a ortografia nas seguintes palavras:

- (I) admirável, ético, étnico, ritmo, capim-açu, copo-d'água, pau-d'água, submeter, prorrogar, assegurar.
- (II) excitar, atroz, chuchu, ambição, desenganar, sossegar, perímetro, duplicação, reprimir, atlético.
- (III) zoológico, botânica, científico, específico, maiúsculo, área, indivisível, exceção, vários, edifício.
- (IV) ambíguo, fluidez, enxame, diafragma, diagnóstico, opção, descer, cacho, bisavô, celebração.
- (V) inscrição, subscrever, transgredir, abstenção, explicar, incluir, contexto, capaz, disciplina, rescisão.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

16. Componente de um microcomputador que tem as informações referentes às rotinas de inicialização da máquina:

- (A) Cache
- (B) a memória ROM
- (C) a memória virtual
- (D) HD
- (E) a memória RAM

17. Para calcular a média do aluno Marcio, qual alternativa está correta?

	A	B	C	D	E	F
1	ALUNO	NOTA1	NOTA2	NOTA3	NOTA4	MÉDIA
2	MARCIO	5	8	4	10	

- (A) $A2 + B2 + C2 + D2 / 4$
- (B) $MEDIA(A2:D2)$
- (C) $MEDIA(B2:E2)$
- (D) $MEDIA(B1:E1)$
- (E) $(B1+C1+D1+E1)/4$

18. No Microsoft Word, quais são as teclas de atalho para selecionar um texto?

- (A) Ctrl + B
- (B) Ctrl + F
- (C) Ctrl + C
- (D) Ctrl + F
- (E) Ctrl + T

19. Parte física de um computador, formado por componentes eletrônicos:

- (A) Hardware
- (B) Software
- (C) Arquivo
- (D) Programa
- (E) Backup

20. No sistema operacional Windows para excluir um arquivo, sem que o mesmo acabe indo para a lixeira devemos clicar nas seguintes teclas:

- (A) Shift + Delete
- (B) Ctrl + Delete
- (C) Ctrl + Shift
- (D) Ctrl + F5
- (E) Delete + F8

21. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **direito à vida e à saúde**, é **correto** afirmar que:

- (I) É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- (II) A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.
- (III) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, excluindo os filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.
- (IV) É assegurado à gestante, através do Sistema Federal de Saúde, exclusivamente o atendimento perinatal.
- (V) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão facultativamente encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

22. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **direito à vida e à saúde**, é **correto** afirmar que:

- (I) Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
- (II) Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
- (III) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são facultados a manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

(IV) Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Municipal de Assistência Social da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

(V) O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

23. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **direito à vida e à saúde**, é **correto** afirmar que:

- (A) A parturiente será atendida obrigatoriamente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
- (B) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.
- (C) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a identificar unicamente o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.
- (D) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- (E) Incumbe ao setor privado propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

24. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **medidas de proteção**, é **correto** afirmar que:

- (I) As medidas específicas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.
- (II) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis, se possível, quando os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- (III) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis, se possível, quando os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.

(IV) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis, se possível, quando os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados em razão de sua conduta.

(V) Na aplicação das medidas de proteção à criança e ao adolescente levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

25. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **medidas específicas de proteção**, é **correto** afirmar que:

(I) É também princípio que rege a aplicação das medidas específicas de proteção a prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, que promovam a sua integração em família substituta.

(II) É também princípio que rege a aplicação das medidas específicas de proteção a responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente.

(III) É também princípio que rege a aplicação das medidas específicas de proteção a proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada.

(IV) É também princípio que rege a aplicação das medidas específicas de proteção a intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida preferencialmente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente.

(V) É também princípio que rege a aplicação das medidas específicas de proteção a intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes pode ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

26. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **medidas específicas de proteção**, é **correto** afirmar que:

(I) É também princípio que rege a aplicação das medidas específicas de proteção a privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente pode ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada.

(II) É também princípio que rege a aplicação das medidas específicas de proteção a interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto.

(III) É também princípio que rege a aplicação das medidas específicas de proteção a responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das três esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais.

(IV) É também princípio que rege a aplicação das medidas específicas de proteção a proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida no Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser voltada à proteção parcial e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares.

(V) É também princípio que rege a aplicação das medidas específicas de proteção a condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos exclusivamente no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

27. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **prática de ato infracional**, é **correto** afirmar que:

(I) Ao ato infracional praticado por criança corresponderão às medidas previstas, dentre outras, orientação, apoio e acompanhamento temporários.

(II) Ao ato infracional praticado por criança corresponderão às medidas previstas, dentre outras, o encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.

(III) Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

(IV) São penalmente inimputáveis os menores de vinte e um anos, sujeitos às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(V) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção civil.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

28. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, é correto afirmar que:

- (I) É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- (II) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.
- (III) O direito à liberdade compreende, exclusivamente, os seguintes aspectos: buscar refúgio, auxílio e orientação; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; crença e culto religioso; opinião e expressão.
- (IV) O direito à liberdade compreende, dentre outros, os seguintes aspectos: participar da vida política, na forma da lei; brincar, praticar esportes e divertir-se; ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, sem restrições.
- (V) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo, se possível, a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

29. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre a guarda, é correto afirmar que:

- (I) A guarda destina-se a regularizar a propriedade de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- (II) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

(III) O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar.

(IV) A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

(V) A guarda faculta a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

30. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **advogado**, é **correto** afirmar que:

(A) Se o adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pela Ordem dos Advogados do Brasil, ressalvado o direito de, a todo tempo, constituir outro de sua preferência.

(B) Será dispensada a outorga de mandato, quando se tratar de defensor nomeado ou, sido constituído, tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença de membro do Conselho Tutelar.

(C) Será prestada assistência judiciária integral e gratuita àqueles que dela necessitarem.

(D) A ausência do defensor não determinará o adiamento de nenhum ato do processo, devendo o juiz nomear substituto, ainda que provisoriamente, ou para o só efeito do ato.

(E) O adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, se ausente ou foragido, poderá ser processado sem defensor.

31. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre os **crimes em espécie e infrações administrativas**, é **correto** afirmar que:

(I) crime em espécie: Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

(II) infração administrativa: Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.

(III) crime em espécie: Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional

(IV) infração administrativa: Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.



(V) infração administrativa: Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

32. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar os crimes em espécie e infrações administrativas, é correto afirmar que:

(I) infração administrativa: Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.

(II) crime em espécie: Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo.

(III) infração administrativa: Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

(IV) crime em espécie: Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.

(V) crime em espécie: Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

33. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **guarda e a tutela**, é **incorreto** afirmar que:

- (A) A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até dezoito anos completos.
- (B) Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.
- (C) A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (D) O tutor nomeado por testamento ou qualquer documento autêntico, conforme previsto no Código Civil, deverá, no prazo de trinta dias após a abertura da sucessão, ingressar com pedido destinado ao controle judicial do ato, observando o procedimento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (E) O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda.

34. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos**, é **correto** afirmar que:

- (I) Para as ações penais fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimados concorrentemente: o Ministério Público; a União, os estados, os municípios, o Distrito Federal e os territórios; as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, dispensada a autorização da assembleia, se houver prévia autorização estatutária.
- (II) Os órgãos públicos legitimados deverão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo judicial.
- (III) Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Conselho Tutelar ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.
- (IV) Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (V) Para defesa dos direitos e interesses protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, são admissíveis todas as espécies de ações pertinentes.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

35. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre o direito à convivência familiar e comunitária, é correto afirmar que:

(I) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

(II) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

(III) Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá facultativamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.

(IV) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o Estatuto da Criança e do Adolescente.

(V) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

36. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre o direito à convivência familiar e comunitária, é correto afirmar que:

(A) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de doze meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

(B) O poder patriarcal será exercido pelo pai, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

(C) A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá não preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

(D) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada doze meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de

reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(E) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

37. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **direito à profissionalização e à proteção no trabalho**, é **correto** afirmar que:

(I) Considera-se aprendizagem a formação acadêmica ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

(II) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho: noturno, realizado entre as vinte horas de um dia e as oito horas do dia seguinte; perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola. Ao adolescente até dezesseis anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

(III) O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros, o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

(IV) A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

(V) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Ao adolescente aprendiz, maior de dezesseis anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

38. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **família natural**, é **correto** afirmar que:

(I) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e prescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

(II) O reconhecimento deve suceder o nascimento do filho ou preceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.

(III) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.

(IV) Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

(V) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

39. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **fiscalização das entidades**, é **incorreto** afirmar que:

(A) As pessoas jurídicas de direito público e as organizações não governamentais responderão pelos danos que seus agentes causarem às crianças e aos adolescentes, caracterizado o descumprimento dos princípios norteadores das atividades de proteção específica.

(B) São medidas aplicáveis às entidades de atendimento que desenvolvem programas de internação que descumprirem obrigação constante no Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos às entidades governamentais: advertência; afastamento provisório de seus dirigentes; afastamento definitivo de seus dirigentes; fechamento de unidade ou interdição de programa.

(C) Em caso de reiteradas infrações cometidas por entidades de atendimento, que coloquem em risco os direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, deverá ser o fato comunicado ao Ministério Público ou representado perante autoridade judiciária competente para as providências cabíveis, inclusive suspensão das atividades ou dissolução da entidade.

(D) As entidades governamentais e não governamentais referidas no Estatuto da Criança e do Adolescente serão fiscalizadas pelo Legislativo, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

(E) São medidas aplicáveis às entidades de atendimento que desenvolvem programas de internação que descumprirem obrigação constante no Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos às entidades não governamentais: advertência; suspensão total ou parcial do

repasso de verbas públicas; interdição de unidades ou suspensão de programa; cassação do registro.

40. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre **informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos**, é **correto** afirmar que:

(I) As emissoras de rádio e televisão exibirão, no horário que melhor lhe convier na grade de programação para o público infante juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

(II) Os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congêneres ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas, ainda que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público.

(III) As revistas e publicações destinadas ao público infante-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

(IV) Poderá espetáculo ser apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição, caso não haja tempo hábil.

(V) Recomenda-se que os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos afixem, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

41. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre **informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos**, é **correto** afirmar que:

(I) O poder público, através do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada. As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes poderão ser comercializadas em embalagem lacrada e, se possível, com a advertência de seu conteúdo.

(II) As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem transparente.

(III) Os proprietários, diretores, gerentes e funcionários de empresas que explorem a venda ou aluguel de fitas de programação em vídeo cuidarão para que não haja venda ou locação em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente. As fitas a que

alude este artigo deverão exibir, no invólucro, informação sobre a natureza da obra e a faixa etária a que se destinam.

(IV) As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

(V) Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

42. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **entidades de atendimento**, é **correto** afirmar que:

(A) As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional poderão adotar os seguintes princípios, entre outros, a preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; o atendimento personalizado e em pequenos grupos; o desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; não desmembramento de grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.

(B) As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios, entre outros, a participação na vida da comunidade local; a preparação gradativa para o desligamento; a participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

(C) Os entes federados, por intermédio dos Poderes Executivo e Legislativo, promoverão conjuntamente a permanente qualificação dos profissionais que atuam direta ou indiretamente em programas de acolhimento institucional e destinados à colocação familiar de crianças e adolescentes, incluindo membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.

(D) Salvo determinação em contrário da autoridade judiciária competente, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, sempre com o auxílio do Conselho Tutelar e dos órgãos de assistência social, estimularão o contato da criança ou adolescente com seus pais e parentes, em cumprimento ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(E) As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional somente poderão receber recursos públicos se comprovado o atendimento dos princípios, exigências e finalidades do Estatuto da Criança e do Adolescente. O descumprimento das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente pelo dirigente de entidade que

desenvolva programas de acolhimento familiar ou institucional é causa de sua destituição, sem prejuízo da apuração exclusiva de sua responsabilidade criminal.

43. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre os **direitos individuais**, é **correto** afirmar que:

(I) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados ao Conselho Tutelar e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

(II) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de trinta dias. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

(III) O adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

(IV) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

(V) O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, podendo ser informado acerca de seus direitos. Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação no prazo máximo de trinta dias.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

44. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **política de atendimento**, é **correto** afirmar que:

(I) A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

(II) São diretrizes da política de atendimento, entre outras, criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

(III) São diretrizes da política de atendimento, entre outras, municipalização do atendimento; integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de

adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(IV) São linhas de ação da política de atendimento, entre outras, políticas econômicas básicas; políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente; políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças menores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

(V) A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e será remunerada.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

45. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **adoção internacional**, é **correto** afirmar que:

(A) A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil somente terá lugar quando restar comprovado: que a colocação em família substituta é a solução adequada ao caso concreto; que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família substituta brasileira, após consulta aos cadastros mencionados no Estatuto da Criança e do Adolescente; que, em se tratando de adoção de criança, este foi consultado, por meios adequados ao seu estágio de desenvolvimento, e que se encontra preparado para a medida, mediante parecer elaborado por equipe interprofissional, observado o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(B) Incumbe à Autoridade Central Federal Brasileira o credenciamento de organismos nacionais e estrangeiros encarregados de intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional, com posterior comunicação às Autoridades Centrais Estaduais e Municipais e publicação nos órgãos oficiais de imprensa e em sítio próprio da internet.

(C) Antes de transitada em julgado a decisão que concedeu a adoção internacional, poderá ser permitida a saída do adotando do território nacional.

(D) Nas adoções internacionais, quando o Brasil for o país de acolhida, a decisão da autoridade competente do país de origem da criança ou do adolescente será conhecida pela Autoridade Central Estadual que tiver processado o pedido de habilitação dos pais adotivos, que comunicará o fato à Autoridade Central Federal e determinará as providências necessárias à expedição do Certificado de Naturalização Permanente.

(E) Nas adoções internacionais, quando o Brasil for o país de acolhida e a adoção não tenha sido deferida no país de origem porque a sua legislação a delega ao país de acolhida, ou, ainda, na hipótese de, mesmo com decisão, a criança ou o adolescente ser oriundo de país que não tenha aderido à Convenção referida, o processo de adoção seguirá as regras da adoção nacional.

46. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre a família substituta, é correto afirmar que:

(I) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida ordinária na modalidade de adoção.

(II) Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.

(III) Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.

(IV) Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório que a colocação familiar ocorra obrigatoriamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia.

(V) Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório a intervenção e oitiva de representantes do Conselho Tutelar, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

47. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre a prevenção, é correto afirmar que:

(I) É dever exclusivo da família prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

(II) A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer e esportes que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

(III) A criança e o adolescente têm direito a diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

(IV) A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

(V) As obrigações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

48. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre a família substituta, é correto afirmar que:

(A) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.

(B) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança ou o adolescente sempre será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.

(C) Tratando-se de maior de dezesseis anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

(D) A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço do Conselho Tutelar, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

(E) A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não governamentais, sem autorização do Conselho Tutelar.

49. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre a adoção, é correto afirmar que:

(I) Não é recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o quarto grau, observada a ordem de vocação hereditária.

(II) A adoção deverá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença. Em se

tratando de adotando maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento.

(III) A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar dezoito anos.

(IV) Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

(V) O adotando deve contar com, no máximo, vinte e um anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes. O consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

50. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **adoção**, é **correto** afirmar que:

(I) Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.

(II) Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.

(III) Enquanto não der conta de sua administração e saldar o seu alcance, não pode o tutor ou o curador adotar o pupilo ou o curatelado.

(IV) Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando. A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome.

(V) É permitida a adoção por procuração. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

51. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **adoção**, é **correto** afirmar que:

(I) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, excluindo os sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

(II) O adotante há de ser, pelo menos, vinte e um anos mais velho do que o adotando. O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

(III) Podem adotar os maiores de vinte e um anos, independentemente do estado civil. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

(IV) A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos. A simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.

(V) A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente. O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

52. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **adoção**, é **correto** afirmar que:

(I) A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

(II) A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.

(III) O acesso ao processo de adoção deverá ser também deferido ao adotado menor de vinte e um anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica. Os brasileiros residentes no exterior terão preferência aos estrangeiros, nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro.

(IV) Enquanto não localizada pessoa ou casal interessado em sua adoção, a criança ou o adolescente, sempre que possível e recomendável, será colocado sob guarda de família cadastrada em programa de acolhimento familiar.

(V) Serão criados e implementados cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados à adoção. As autoridades estaduais e federais em matéria de adoção terão acesso integral aos cadastros, incumbindo-lhes a troca de informações e a cooperação mútua, para melhoria do sistema.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

53. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **Conselho Tutelar**, é **correto** afirmar que:

- (A) São atribuições do Conselho Tutelar, entre outras, encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- (B) São atribuições do Conselho Tutelar, entre outras, assessorar o Poder Legislativo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (C) São atribuições do Conselho Tutelar, entre outras, encaminhar ao Poder Executivo notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- (D) São atribuições do Conselho Tutelar, entre outras, representar ao Poder Judiciário para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- (E) São atribuições do Conselho Tutelar, entre outras, sempre requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente.

54. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **Conselho Tutelar**, é **correto** afirmar que:

- (I) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante nomeação do prefeito municipal.
- (II) Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e à remuneração e formação continuada dos conselheiros municipais da criança e do adolescente.
- (III) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(IV) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral; idade superior a vinte e um anos; residir no município.

(V) O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço privado relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

55. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **Conselho Tutelar**, é **correto** afirmar que:

(I) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de qualquer pessoa.

(II) São atribuições do Conselho Tutelar, entre outras, promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

(III) São atribuições do Conselho Tutelar, entre outras, promover a execução de suas decisões, podendo para tanto representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

(IV) São atribuições do Conselho Tutelar, entre outras, expedir notificações.

(V) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao prefeito municipal, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

56. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **Conselho Tutelar**, é **incorreto** afirmar que:

(A) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

(B) São atribuições do Conselho Tutelar, entre outras, providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, para o adolescente autor de ato infracional.

(C) São atribuições do Conselho Tutelar, entre outras, atender e aconselhar os pais ou responsável pela criança ou adolescente.

(D) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

(E) São permitidos de servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

57. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **Conselho Tutelar**, é **correto** afirmar que:

(I) Não é assegurado ao membro do Conselho Tutelar o direito à gratificação natalina.

(II) Não é assegurado ao membro do Conselho Tutelar o direito ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço do valor da remuneração mensal.

(III) É assegurado ao membro do Conselho Tutelar o direito à licença-paternidade.

(IV) É assegurado ao membro do Conselho Tutelar o direito à licença-maternidade.

(V) Não é assegurado ao membro do Conselho Tutelar o direito à cobertura previdenciária.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

58. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **Justiça da Infância e da Juventude**, é **correto** afirmar que:

(I) A Justiça da Infância e da Juventude é competente, dentre outras, para conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis.

(II) A Justiça da Infância e da Juventude é competente, dentre outras, conhecer de representações promovidas pelo Poder Executivo, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis.

(III) A Justiça da Infância e da Juventude é competente, dentre outras, para aplicar penalidades penais nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.

(IV) A Justiça da Infância e da Juventude é competente, dentre outras, para conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes.

(V) A Justiça da Infância e da Juventude é competente, dentre outras, para conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

59. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **Justiça da Infância e da Juventude**, é **correto** afirmar que:

- (A) Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses das medidas de proteção estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de conhecer de pedidos de guarda e tutela.
- (B) Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses das medidas de proteção estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de conceder a emancipação, nos termos da lei penal, quando faltar o pai.
- (C) Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses das medidas de proteção estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de suprir a capacidade ou o consentimento para o divórcio.
- (D) Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses das medidas de proteção estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder patriarcal.
- (E) Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses das medidas de proteção estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de conhecer de ações de destituição do poder patriarcal, perda ou modificação da tutela ou guarda.

60. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **autorização para viajar**, é **correto** afirmar que:

- (I) Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização do Conselho Tutelar. A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
- (II) Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização do Conselho Tutelar. A autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.

(III) Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização do Conselho Tutelar. A autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável. O Conselho Tutelar poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por doze meses.

(IV) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente: estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável; viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

(V) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

61. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre **produtos e serviços**, é **correto** afirmar que:

- (I) É proibida a venda à criança ou ao adolescente de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida e revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes.
- (II) É proibida a venda à criança ou ao adolescente de bebidas alcoólicas e de bilhetes lotéricos e equivalentes.
- (III) É expressamente proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere.
- (IV) É expressamente proibida a venda à criança ou ao adolescente fogos de estampido e de artifício.
- (V) É proibida a venda à criança ou ao adolescente de armas, munições e explosivos.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

62. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **internação**, é **incorreto** afirmar que:

(A) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes: receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade; receber escolarização e profissionalização; permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável.

(B) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes: manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade; receber visitas, ao menos, mensalmente; peticionar diretamente a qualquer autoridade; entrevistar-se pessoalmente com o membro do Conselho Tutelar.

(C) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes: receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje; corresponder-se com seus familiares e amigos; avistar-se reservadamente com seu defensor.

(D) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes: ter acesso aos meios de comunicação social; ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal; ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada.

(E) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes: realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade; ser tratado com respeito e dignidade.

63. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **Ministério Público**, é **correto** afirmar que:

(I) As funções do Ministério Público previstas no Estatuto da Criança serão exercidas nos termos da respectiva lei orgânica. A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

(II) As manifestações processuais do representante do Ministério Público, quando possível, deverão ser fundamentadas.

(III) O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente. Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará facultativamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida o Estatuto da Criança e do Adolescente, hipótese em que terá vista dos autos depois das partes, devendo juntar documentos e requerer diligências, usando os recursos cabíveis.

(IV) A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita por edital.

(V) O representante do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

64. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **Ministério Público**, é **correto** afirmar que:

(I) Compete ao Ministério Público: zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis; impetrar mandado de segurança, de injunção e habeas corpus, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses econômicos e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.

(II) Compete ao Ministério Público: instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito administrativo, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude; representar ao prefeito municipal visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e à juventude, sem prejuízo da promoção da responsabilidade civil e penal do infrator, quando cabível.

(III) Compete ao Ministério Público: promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como officiar em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e da Juventude.

(IV) Compete ao Ministério Público: promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes; requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições.

(V) Compete ao Ministério Público: conceder a remissão como forma de exclusão do processo; inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

65. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **garantias processuais**, é **correto** afirmar que:

- (A) Nenhuma criança será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.
- (B) São asseguradas ao adolescente, entre outras, as garantias de defesa técnica por psicólogo e o pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.

(C) São asseguradas ao adolescente, entre outras, a garantia de assistência judiciária paga e parcial aos necessitados, na forma da lei.

(D) São asseguradas ao adolescente, entre outras, a garantia do direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

(E) São asseguradas ao adolescente, entre outras, as garantias do direito de solicitar a presença de seus parentes em qualquer fase do procedimento e a igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa.

66. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **internação**, é **correto** afirmar que:

(I) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a seis anos.

(II) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada três meses.

(III) Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

(IV) A medida de internação só poderá ser aplicada quando: tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

(V) A liberação será compulsória aos dezoito anos de idade.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

67. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **disposições finais e transitórias**, é **correto** afirmar que:

(I) Os Conselhos Tutelares fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto na Constituição Federal.

(II) A Câmara Municipal regulamentará a comprovação das doações feitas aos fundos, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais referidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(III) Compete aos estados e municípios promoverem a adaptação de seus órgãos e programas às diretrizes e princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(IV) Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os limites estabelecido pela legislação.

(V) Na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, bem como as regras e princípios relativos à garantia do direito à convivência familiar previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

68. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre a habilitação de pretendentes à adoção, é incorreto afirmar que:

(A) Os postulantes à adoção, domiciliados no Brasil, apresentarão petição inicial na qual conste: qualificação completa; dados familiares; cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável; cópias da cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; comprovante de renda e domicílio; atestados de sanidade física e mental; certidão de antecedentes criminais; certidão negativa de distribuição cível.

(B) A autoridade judiciária, no prazo de quarenta e oito horas, dará vista dos autos ao Ministério Público, que no prazo de cinco dias poderá, entre outros, requerer a designação de audiência para oitiva dos postulantes em juízo e testemunhas; requerer a juntada de documentos complementares e a realização de outras diligências que entender necessárias.

(C) Intervirá no feito, obrigatoriamente, equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, que deverá elaborar estudo psicossocial, que conterà subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos requisitos e princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

(D) É preferencial a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude obrigatoriamente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores

ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

(E) A recusa sistemática na adoção das crianças ou adolescentes indicados importará na reavaliação da habilitação concedida.

69. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre a **apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente**, é **correto** afirmar que:

(I) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.

(II) No procedimento iniciado com o auto de infração, deverão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração. Sempre obrigatoriamente, à verificação da infração seguir-se-á a lavratura do auto, certificando-se, em caso contrário, dos motivos do retardamento.

(III) O requerido terá prazo de vinte dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação, que será feita: pelo autuante, no próprio auto, quando este for lavrado na presença do requerido; por oficial de justiça ou funcionário legalmente habilitado, que entregará cópia do auto ou da representação ao requerido, ou a seu representante legal, lavrando certidão; por via postal, com aviso de recebimento, se não for encontrado o requerido ou seu representante legal; por edital, com prazo de vinte dias, se incerto ou não sabido o paradeiro do requerido ou de seu representante legal.

(IV) Não sendo apresentada a defesa no prazo legal, a autoridade judiciária dará vista dos autos do Conselho Tutelar, por vinte dias, decidindo em igual prazo.

(V) Colhida a prova oral, manifestar-se-ão sucessivamente o Ministério Público e o procurador do requerido, pelo tempo de vinte minutos para cada um, prorrogável por mais dez, a critério da autoridade judiciária, que em seguida proferirá sentença.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

70. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **medidas socioeducativas**, é **correto** afirmar que:

(I) Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

(II) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas onerosas de interesse geral, por período não excedente a doze meses, junto a entidades assistenciais,

hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

(III) A internação poderá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida, se possível, separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

(IV) No caso de internação será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

(V) É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

71. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **medidas socioeducativas**, é **correto** afirmar que:

(A) Havendo manifesta impossibilidade, a medida de obrigação de reparar o dano poderá ser substituída por outra adequada.

(B) As tarefas de prestação de serviços à comunidade serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de vinte horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

(C) A medida do regime de semiliberdade constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

(D) A medida do regime de semiliberdade comporta o prazo máximo de doze meses aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

(E) Em algumas hipóteses, desde que devidamente fundamentado, será admitida a prestação de trabalho forçado.

72. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **medidas socioeducativas**, é **correto** afirmar que:

(I) A medida aplicada a criança levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

(II) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade deverá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

(III) A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de doze meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Conselho Tutelar e o defensor.

(IV) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

(V) A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

73. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **medidas socioeducativas**, é **correto** afirmar que:

(I) Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, dentre outras, as seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade.

(II) A advertência deverá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

(III) No regime de semiliberdade são facultativas a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

(IV) A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

(V) Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, dentre outras, as seguintes medidas: liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

74. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **juiz**, é **incorreto** afirmar que:

- (A) Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo.
- (B) A Justiça da Infância e da Juventude é competente para conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo.
- (C) Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em boate ou congêneres; casa que explore comercialmente diversões eletrônicas; estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.
- (D) A Justiça da Infância e da Juventude não é competente para conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes.
- (E) Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em bailes ou promoções dançantes.

75. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **juiz**, é **correto** afirmar que:

- (I) Em caso de infração cometida através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma comarca, será competente, para aplicação da penalidade, a autoridade executiva do local da sede nacional da emissora ou rede, tendo a sentença eficácia para todas as transmissoras ou retransmissoras do respectivo estado.
- (II) A execução das medidas deverá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.
- (III) A competência do Juiz da Infância e da Juventude, ou o juiz que exerce essa função, será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável ou pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.
- (IV) Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
- (V) A autoridade a que se refere o Estatuto da Criança e do Adolescente é o Juiz de Direito Civil.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

76. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **direito à educação, cultura, esporte e lazer**, é **correto** afirmar que:

- (I) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
- (II) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; elevados níveis de repetência.
- (III) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade do membro do Conselho Tutelar.
- (IV) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, obrigatoriamente na rede regular de ensino.
- (V) O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

77. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **direito à educação, cultura, esporte e lazer**, é **correto** afirmar que:

- (A) É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico e, se possível, participar da definição das propostas educacionais.
- (B) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade do grupo.
- (C) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a sete anos de idade.
- (D) Os pais ou responsável têm a faculdade de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
- (E) No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

78. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre o **direito à educação, cultura, esporte e lazer**, é **correto** afirmar que:

- (I) A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício profissional.
- (II) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- (III) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (IV) Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, exclusivamente, pela frequência à escola.
- (V) O município, exclusivamente, estimulará e facilitará a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

79. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **disposições preliminares**, é **correto** afirmar que:

- (I) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- (II) A garantia de prioridade da criança e do adolescente compreende a primazia de receber proteção e socorro em algumas circunstâncias.
- (III) A garantia de prioridade da criança e do adolescente compreende a posposição de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- (IV) A garantia de prioridade da criança e do adolescente compreende a preferência na formulação e na execução das políticas econômicas públicas.
- (V) A garantia de prioridade da criança e do adolescente compreende a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

80. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre as **disposições preliminares**, é **incorreto** afirmar que:

(A) Considera-se criança, para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

(B) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

(C) A Lei nº 8.069/90 dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

(D) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

(E) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

**RASCUNHO**